

TABELIONATO DE NOTAS

Comarca:

Entrância:

Juiz(a) Diretor(a) do Foro:

Município/Distrito:

Serventia:

Titular/Responsável:

Substituto:

Data da correição: _____

Horário da correição: _____

Auxiliar(es) da fiscalização (informar nome e matrícula):

O Titular/Responsável visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, a Direção do Foro deverá verificar com a Coordenação de Registro Funcionais e de Sistemas dos Serviços Notariais e de Registro-COREF a regularização da situação cadastral da serventia. Observação: _____

O Substituto visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, o(a) responsável pela serventia deverá regularizar o cadastro junto à Coordenação de Registros Funcionais e de Sistemas dos Serviços Notariais e de Registro - COREF, nos termos do art. 22 do Provimento Conjunto nº 93/2020, comprovando a regularização à Direção do Foro. Observação: _____

Situação da Serventia)

1) Esta serventia encontra-se regularmente provida por Titular?

() A) Sim. A serventia está provida.

B) Não. A serventia está vaga.

ATENÇÃO: No caso de serventia vaga, conferir se ela consta da Lista Geral de Vacância publicada pelos Avisos nº 29/CGJ/2024 e 30/CGJ/2024 e pelo Aviso a ser publicado em janeiro/fevereiro de 2025. Caso a vacância não conste da Lista Geral, comunicar, imediatamente, à Corregedoria-Geral de Justiça por meio do Sistema Eletrônico de Informação-SEI, nos termos do art. 33, § 3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e Portaria Conjunta nº 1.449/PR/2023.

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1) A serventia possui o Livro "Visitas e Correições", consoante determinação contida no Provimento nº 149/CNJ/2023 c/c art. 92, inciso I, e art. 94 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

2) O(a) Tabelião(ã) ou Oficial acessa diariamente o sistema PJe, perfil Procuradoria, para o recebimento das comunicações, o Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como utiliza o canal "Fale com o TJMG", considerados como meios de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto nos arts. 147 a 149-A do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

3) A serventia está localizada em local adequado e de fácil acesso ao público, que ofereça segurança para o arquivamento dos livros e documentos, consoante o disposto nos arts. 4º e 75 do Provimento Conjunto nº 93/2020, e os livros, fichas, papéis e documentos são mantidos em ordem e em bom estado de conservação, em local adequado e seguro?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

4) O(a) Tabelião(ã) ou Oficial procede à nomeação ou destituição de substitutos e escreventes por meio de Portaria Interna, nos termos do art. 22 do Provimento Conjunto nº 93/2020 e encaminha cópia do respectivo ato e das informações sobre a contratação e dispensa de auxiliares à Corregedoria-Geral de Justiça até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, a teor do referido artigo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

5) São observados fielmente os dias e o funcionamento das 9 (nove) às 12 (doze) horas e das 13 (treze) às 17 (dezesete) horas, e são fixados, em local bem visível, na parte externa da serventia, placa, cartaz ou aviso indicando o horário de atendimento ao público, consoante o disposto no art. 66 do Provimento Conjunto nº 93/2020? Em caso de funcionamento em horário diverso ao mencionado, e não sendo observado o mínimo de 7 horas diárias, há autorização do Diretor do Foro, por meio de Portaria?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

6) As tabelas de emolumentos, com os valores vigentes no ano corrente, são afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, conforme § 3º do art. 6º da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

7) A Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida no prazo estabelecido no art. 2º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

8) A transmissão dos dados relativos aos selos utilizados e aos respectivos atos notariais e de registro praticados é feita diariamente, até, no máximo, as 12 (doze) horas do dia seguinte ao da utilização do selo, conforme disposto no art. 11 da Portaria Conjunta nº 09/2012/TJMG / CGJ/SEF-MG? (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

9) A teor do art. 137 do Provimento Conjunto nº 93/2020, a serventia emite e arquiva recibo circunstanciado, em meio físico ou eletrônico, constando o valor dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária, do RECOMPE, de eventual ISSQN, de eventuais despesas providas pelo usuário, do total final devido pelo usuário, bem como a quantidade de atos praticados e os respectivos códigos fiscais? Os referidos valores, a quantidade e o número dos códigos dos atos praticados, assim como o número do selo de fiscalização eletrônico de consulta e o respectivo código de segurança são cotados à margem do ato praticado e/ou do documento a ser entregue ao interessado, consoante o disposto no art. 8º da Lei estadual nº 15.424/2004 c/ c arts. 12 e 13 da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG c/c art. 137 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

10) São recolhidos os valores relativos à compensação destinada aos Registradores Civis das Pessoas Naturais - RECOMPE pela prática dos atos sujeitos à gratuidade estipulada em lei, conforme art. 31 e seguintes da Lei estadual nº 15.424/2004?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

11) A serventia cumpre as exigências estabelecidas no Provimento CNJ nº 74/2018, de acordo com a classe a que a serventia pertence? (obs.: solicitar declaração escrita na qual a serventia deve declarar se cumpre ou não cada um dos requisitos do Provimento CNJ nº 74/2018, bem como solicitar o preenchimento do relatório, disponibilizado pelo CNJ - Justiça Aberta, de acordo com a classe da serventia, sobre o cumprimento das exigências estabelecidas no mencionado provimento, com arquivamento pela Direção do Foro)

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

12) A escrituração dos livros satisfaz às exigências legais (termos de abertura e de encerramento, numeração e autenticação de folhas, inutilização de espaços em branco, ausência de rasuras, emendas, ressalvas, etc.) e os livros de folhas soltas são encadernados logo após a conclusão de seu uso, vedada a utilização de grampo, parafuso e espiral, conforme o disposto no art. 81 e seguintes e art. 314, §2º, do Provimento Conjunto nº 93/2020 ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

13) São mantidas cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de "scanner", ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei, de acordo com a Recomendação nº 09/2013, com as alterações introduzidas pela Recomendação nº 11/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

14) É encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio eletrônico, a Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prática dos atos, consoante o disposto no art. 9º, caput, da Portaria Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG? (para responder a esta questão, é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

15) É observado no âmbito interno da serventia o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar, de acordo com disposto no art. 19, inciso XI, do Provimento Conjunto nº 93/2020, tais como ISSQN (quando devido), INSS, FGTS, IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE e outros.

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

16) A serventia possui o Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa e sua escrituração obedece às normas prescritas no art. 92 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, como por exemplo, se está escriturado na forma contábil, se possui o balanço mensal e o balanço anual etc?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

17) Em se tratando de serventia vaga, são enviadas à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, até o dia 10 (dez) de cada mês, as informações relativas ao módulo "Receitas-Despesas", nos termos do art. 49 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como são arquivados os respectivos recibos? (Caso a serventia esteja provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

18) Em se tratando de serventia vaga, seu responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, mediante GRCTJ - Guia Excedente ao Teto Remuneratório dos Interinos, conforme os arts. 45 e 48 do Provimento Conjunto nº 93/2020? (Caso a serventia esteja provida ou, mesmo estando vaga, não possuir renda líquida excedente ao teto remuneratório, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

19) O(a) Tabelião(ã) ou Oficial atualiza semestralmente, via internet, todos os dados no sistema "Justiça Aberta", até o dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho (ou até o dia útil subsequente), mantendo atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 (dez) dias após suas ocorrências, conforme disposto no art.145 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20) A serventia possui Livro de Controle de Depósito Prévio, em meio físico ou eletrônico, consoante o disposto no art. 92, inciso III, e art. 95, ambos do Provimento Conjunto nº 93/2020 ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

21) É mantida em dia a escrituração do Livro de Depósito Prévio, sendo o saldo de depósito prévio informado na DAP/TFJ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

22) O saldo do depósito prévio constante no Livro de Controle de Depósito Prévio e informado na DAP está disponível no caixa da serventia ou em conta bancária? (Obs: solicitar comprovação do saldo dos valores)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

23) É observado o disposto no art. 138 do Provimento Conjunto nº 93/2020, a fim de que a cobrança pelos atos de arquivamento seja feita apenas em relação aos documentos estritamente necessários à prática dos atos notariais e de registro e cujo arquivamento é expressamente exigido em lei ou ato normativo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

24) Em caso de responsável interino, é observado o disposto no art. 67, §3º, do Provimento nº 149/CNJ/2023, que dispõe que a designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do antigo delegatário ou de magistrados do tribunal local? Para serventia regularmente provida, marcar a opção "Não se aplica".

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

25) Os funcionários da serventia são admitidos no regime da legislação trabalhista, conforme disposto no art. 20 da Lei nº 8.935/94, bem como são recolhidas e lançadas no Livro Diário Auxiliar as despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual, de acordo com art. 99, inciso IX, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

26) O selo de fiscalização eletrônico é impresso/afixado nos documentos expedidos pela serventia, constando todos os dados expressos no §2º do art. 14 e modelos do anexo único da Portaria Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/ SEF-MG, inclusive com a imagem do QR Code em sua estampa?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

27) A teor do §4º do art. 144 do Provimento nº 149/CNJ/2023, a serventia mantém atualizada a indicação de oficiais de cumprimento junto à Corregedoria Nacional de Justiça, no Cadastro Nacional de Serventias. (obs: Em se tratando exclusivamente do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

28) O(a) Tabelião(ã) ou Oficial comunica à Unidade de Inteligência Financeira - UIF, por intermédio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras - Siscoaf, quaisquer operações que, por seus elementos objetivos e subjetivos, possam ser consideradas suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, a teor dos arts. 142 e 143 do Provimento nº 149/CNJ/2023? (obs: Em se tratando exclusivamente do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

29) É encaminhada à Receita Federal a "Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI", até o último dia útil do mês subsequente ao da prática do ato, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/1976 c/c Instrução Normativa SRF nº 2186/2024?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

30) Mantém fichário de cartões de autógrafos para conferência no ato de reconhecimento de firmas por semelhança, sendo utilizado um selo de fiscalização no documento em que certificar a prática do ato, conforme estipulado no art. 15, inciso I, alínea "o", da Portaria-Conjunta TJMG /CGJ/SEF-MG nº 09/2012, bem como é exigida a apresentação e o arquivamento do CPF e do original de documento de identificação oficial com foto que permita o efetivo reconhecimento do portador, consoante disposto no art. 301 do Provimento Conjunto nº 93/ 2020 para confecção do cartão de autógrafo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

31) A serventia, por ocasião da lavratura de escrituras e procurações com conteúdo econômico, procede à abertura de cartão de autógrafo para fins de cadastro dos envolvidos ou , se necessário, atualiza o cartão de autógrafo já existente, de acordo com art. 183, §3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações".

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

32) A serventia realiza consulta prévia à CNTV - CENTRAL NOTARIAL DE TRANSFERÊNCIA VEICULAR - CNB/MG para realização de reconhecimento de firma em autorização para transferência de veículos automotores, como dispõe o art. 18-A, § 3º, da Lei estadual nº 15.424/2004, conforme divulgado por meio do Ofício Circular n. 21/COFIR/2024, de 11 de março de 2024?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

33) Os atos de autenticação e de reconhecimento de firma estão sendo selados, obrigatoriamente, por meio da utilização de etiqueta adesiva de segurança, nos termos do art. 14 da Portaria- Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG e suas alterações? No reconhecimento de firma, dentre os requisitos exigidos, tem sido indicada a sua espécie (por autenticidade ou por semelhança), conforme art. 300, §§ 1º e 2º, do Provimento Conjunto nº 93 /2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

34) A serventia encontra-se credenciada no E-notariado e presta o serviço de atos notariais eletrônicos, de acordo com o art. 284, Parágrafo único do Provimento nº 149/CNJ/2023?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

35) Há na serventia um único Livro de Notas para escrituras públicas em geral, bem como um Livro para Testamentos e outro Livro para Procurações, conforme dispõe o art. 314, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

36) Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto nos arts. 187 a 190 do Provimento Conjunto nº 93/2020 (comprovante de pagamento do ITBI/ITCD, certidões fiscais, certidão de inteiro teor da matrícula etc)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

37) São mantidas em arquivo as procurações utilizadas na prática dos atos de seu ofício, de acordo com o art. 189, inciso II, c/c art. 191 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

38) No livro de folhas soltas, além de assinarem logo após o encerramento, os comparecentes assinam e rubricam as folhas ocupadas pelo ato, anteriores à última, inclusive o Tabelião ou seu preposto, e junto a cada assinatura, ao final do ato, é lançado por extenso e

de forma legível o nome do signatário, consoante o disposto nos arts. 180, incisos IV e V, e § 1º, e 319 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

39) Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias corridos de sua lavratura, a escritura não assinada por todos é declarada sem efeito, consoante o disposto no art. 181, § 1º, do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como é recolhida a Taxa de Fiscalização Judiciária relativa à lavratura da escritura? (realizar consulta ao selo eletrônico utilizado na escritura para confirmação da utilização do selo, o qual não pode ser cancelado)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

40) É observado, quando da utilização da corrigenda "em tempo", o disposto no art. 316, Parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

41) Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no art. 20, § 4º, da Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, bem como artigos 265 a 287 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

42) Para a lavratura de testamento é observado o valor previsto na alínea "h", do item "4", da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, ou seja, metade dos valores finais ao usuário previstos na alínea "b" do número 4 desta tabela, considerando a soma de todos os bens objetos da disposição de vontade?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

43) É observado o disposto no art. 8º, §3º, da Lei nº 5.868/1972, nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para o município?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

44) É observado o disposto no art. 4º, inciso II, da Lei nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

45) Para a lavratura das escrituras públicas de inventário e partilha, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o art. 10, § 3º, inciso XIII, da Lei estadual nº 15.424/2004 c/c a alínea "i.2", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da citada Lei, ou seja, pelo valor total dos bens móveis e semoventes e pelo valor de cada unidade imobiliária transmitidos, excluída a meação, independentemente do número de quinhões e herdeiros, sendo realizada a cobrança do

excesso de meação, quando houver, conforme Nota XVI da Tabela 1 e arquivamento de todos os documentos previstos nos arts. 187 e 225, do Provimento Conjunto nº 93/2020, com a devida cobrança e utilização do selo de fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

46) Para a lavratura das escrituras públicas de divórcio, sem bens a partilhar ou que as partes tenham bens a partilhar e for estabelecida apenas a meação, escrituras de pacto antenupcial, conversão de separação em divórcio e restabelecimento da sociedade conjugal, união estável e sua dissolução, declaratória unilateral de convivência ou de término de convivência para fins de comprovação de data, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o item 4, alínea "j", da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, bem como são arquivados todos os documentos previstos nos arts. 187, se for o caso, e 236, do Provimento Conjunto nº 93/ CGJ/2020 com a devida cobrança e utilização do selo de fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

47) Para a lavratura das escrituras públicas de divórcio, em que houver bens a partilhar e ocorrer excesso de meação a favor de uma das partes, caracterizando doação ou compra e

venda, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita de acordo com o item 4, alíneas "j" e "j.1", da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, bem como são arquivados todos os documentos previstos nos arts. 187, se for o caso, e 236 do Provimento Conjunto nº 93/2020 com a devida cobrança e utilização do selo de fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

48) Para a lavratura das escrituras envolvendo usufruto (reserva, instituição, extinção etc.) a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita com conteúdo financeiro, tendo como parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, de acordo com a Nota X da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, bem como é verificado o recolhimento do imposto incidente sobre o ato?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

49) Para a lavratura das escrituras de aditamento, retificação, ratificação, bem como de alteração contratual sem conteúdo financeiro, a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita segundo os valores previstos na alínea "c", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, ressalvado o

disposto no art. 16, inciso III, da mesma lei, o qual veda a cobrança de emolumentos por ato retificador ou renovador em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

50) Para a lavratura das escrituras declaratórias a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita sem conteúdo financeiro, segundo os valores previstos na alínea "a", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424 /2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

51) É observado o disposto no art. 1.793, §2º, do Código Civil c/c o artigo 193 do Provimento Conjunto nº 93/2020, em relação às escrituras públicas de cessão de direitos hereditários, que não devem recair sobre qualquer bem da herança certo e determinado, considerado singularmente, salvo o disposto no art. 193, §1º, do citado Provimento?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

52) Para a lavratura das escrituras de cessão de direitos hereditários realizadas por mais de um cedente os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados em separado, considerando-se como parâmetro o valor de cada negócio jurídico realizado por cada cedente, nos termos do art. 10, §3º, inciso I, da Lei estadual nº 15.424/2004 c/c Nota XVII, da Tabela 1, do Anexo da mesma lei?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

53) Nos atos praticados por pessoa que não souber ou não puder assinar, é devidamente qualificado o assinante a rogo, conforme dispõe o art. 183, inciso II, c/c seus §§ 1º, 2º e 3º do Provimento Conjunto nº 93/2020, sendo o assinante a rogo pessoa não integrante da estrutura da serventia?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

54) Para a lavratura das escrituras declaratórias de união estável são arquivados todos os documentos previstos no art. 258, bem como observadas as disposições contidas nos arts. 255 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

55) Para a lavratura das escrituras envolvendo bens imóveis, as partes envolvidas são cientificadas da possibilidade de obtenção prévia da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos da Recomendação nº 3/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

56) A lavratura de ata notarial para atestar o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias, para fins de reconhecimento de usucapião, atende aos requisitos elencados no §3º do art. 264 do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como atende aos requisitos do art. 400 do Provimento do CNJ nº 149/2023, com observância, pelo(a) tabelião(ã), da circunscrição territorial para o qual recebeu a delegação, a teor do art. 162 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

57) A cobrança de emolumentos e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária pela lavratura de ata notarial é feita segundo os valores previstos no item 2 (ata notarial e ata notarial para fins de usucapião), da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

58) Para a lavratura das escrituras públicas de revogação de mandato a cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária é feita sem conteúdo financeiro, segundo os valores previstos na alínea "a", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

59) O(a) Tabelião(ã) observa a "Nota III" da "Tabela 1" do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, na lavratura de escrituras públicas envolvendo mais de uma unidade imobiliária?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

60) O(a) Tabelião(ã) ou Oficial consulta a base de dados da CNIB (Central Nacional de Indisponibilidade de Bens) antes da prática de ato que tenha por objeto bens imóveis ou direitos a eles relativos, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), dispensado o arquivamento do resultado da pesquisa em meio físico ou digital, consoante o disposto no art. 187, §6º, do Provimento Conjunto nº 93/2020? (Caso o Tabelião opte por arquivar o resultado da pesquisa em meio físico, esse arquivamento não poderá ser cobrado.)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

61) Para a lavratura das procurações para fins de previdência e assistência social os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos na alínea "f.2", do item 4, da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, ressalvadas as procurações para fins exclusivos de recebimento de benefícios previdenciários ou assistenciais administrados pelo INSS, que são isentas do

pagamento das custas e dos emolumentos, nos termos do art. 295, § 2º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

62) A cobrança de emolumentos e o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária pela lavratura de procuração relativa à situação jurídica com conteúdo financeiro é feita considerando o conceito de conteúdo financeiro segundo disposto no art. 297, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e na Nota I da "Tabela 1" - "Atos do Tabelião de Notas", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

63) O(a) Tabelião(ã) encaminha as informações periódicas à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, referentes aos módulos da CESDI, CEP e RCTO, consoante disposto nos arts. 265 e 266 do Provimento n. 149/CNJ/2023? (Obs: Solicitar que o responsável pela serventia apresente a tela de pendências de envio das informações mensais, disponibilizada pela CENSEC.)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

64) O(a) Tabelião(ã) informa, através da plataforma mantida pelo Colégio Notarial do Brasil-CNB/CF, até o último dia útil do mês subsequente à prática dos atos, todas as mudanças na titularidade de imóveis realizadas no período, a fim de permitir a atualização cadastral dos contribuintes das Fazendas Municipais, a teor do art.184-A do Provimento nº 149 /CNJ/2023, bem como enviou, até 5 de janeiro de 2025, os dados referentes aos últimos 10 (dez) anos, contatos a partir de 05 de julho de 2024, a teor do art. 2º do Provimento nº 174/CNJ /2024?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

65) Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição ordinária geral realizada no ano anterior?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

Listar as medidas saneadoras adotadas

OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

1) Aqui devem ser mencionadas outras observações e/ou recomendações que não se encaixem nos itens específicos.

2) Caso o campo 'Observações', em cada item, seja insuficiente , deverá ser utilizada outra folha.

4) Fica estabelecido o prazo de_____ dias para cumprimento das recomendações constantes deste Relatório, devendo o Auxiliar de Fiscalização adotar as providências a seu cargo e informar a respeito ao MM. Juiz de Direito, até o término do prazo determinado.